



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL

IRACELMA PEREIRA DE LIMA BARBOSA

ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ: VILA DE ACARAPE /REDENÇÃO (1883 -  
1888)

REDENÇÃO-CEARÁ

2017

IRACELMA PEREIRA DE LIMA BARBOSA

ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ: VILA DE ACARAPE /REDENÇÃO (1883 -  
1888)

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação  
na disciplina de Trabalho de Conclusão no Curso de  
Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.  
Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

REDENÇÃO- CE

2017

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA.....	5
3. OBJETIVOS.....	6
3.1. Objetivo Geral .....	6
3.2. Objetivos Específicos.....	6
4. PROBLEMÁTICA .....	7
4.1. O movimento abolicionista no Brasil.....	7
4.2. O fim da escravidão em Acarape-Ceará (1883).....	11
4.3. A abolição Alastra-se pelo Ceará (1884).....	13
5. HIPÓTESE.....	18
6. METODOLOGIA .....	18
7. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19

## 1- INTRODUÇÃO

Busca se com esse projeto fazer uma revisão bibliográfica na tentativa de obter respostas referentes à abolição precoce na cidade de Redenção. Entender o movimento abolicionista, como atuou no Ceará se disseminando pelas pequenas vilas ao ponto de conseguir com êxito liberdade aos cativos existentes nas mesmas bem antes da Lei Aurea ser assinada no país.

O movimento abolicionista no Brasil cria força na segunda metade do Século XIX, apesar da existência anterior por parte de alguns liberais de uma suposta crise de consciência com a Independência, pelo paradoxo de ter grande parte da população em cativeiro, somente no segundo reinado é possível vislumbrar uma sólida resistência à escravidão como afirma Joaquim Nabuco: “Foi somente no Segundo Reinado que o progresso dos costumes públicos tornou possível a primeira resistência séria à escravidão”. (NABUCO, 2000, p1)

Visto que o processo de libertação do escravo no Brasil foi caminhando para o fim de forma gradual, percebe-se que a partir da segunda metade do Século XIX, o sistema escravista já estava bastante fragilizado por pressões externas e passa a enfrentar os ideais abolicionistas como inimigos em seu próprio território.

A opinião, em 1845, julgava legítima e honesta a compra de africanos, transportados traiçoeiramente da África e introduzidos por contrabando no Brasil. A opinião, em 1875, condenava as transações dos traficantes, mas julgava legítima e honesta a matrícula depois de trinta anos de cativeiro ilegal das vítimas do tráfico. O abolicionismo é a opinião que deve substituir, por sua vez, essa última, e para a qual todas as transações de domínio sobre entes humanos são crimes que só diferem no grau de crueldade. (NABUCO, 2000, p.3)

Com o fim da importação de escravos vindos da África em 1850, o tráfico interprovincial que já existia toma grande impulso. Ao mesmo tempo em que esse influxo sustenta as fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro esvazia as províncias do norte do país e o Ceará aliado a fatores climáticos torna se um dos mais afetados.

Busca se com esse trabalho descobrir se esse antagonismo relativo aos cativos entre o Norte e o Sul do país favoreceu a decadência do sistema escravista permitindo o

fortalecimento dos ideais abolicionistas no Ceará, justificando desse modo o pioneirismo cearense nesse processo.

## **2. JUSTIFICATIVA:**

Pretende-se com a temática abordada estudar a abolição da escravidão no Ceará na tentativa de obter respostas sobre a libertação “precoce” em Acarape/Redenção, visto que a mesma aconteceu cinco anos antes da Lei Áurea ser assinada.

São várias as interrogações as quais norteiam a temática em questão, tornando notório o interesse pelo tema, impulsionando a busca por respostas, tais como: Por que uma pequena vila da província do Ceará teve força para um feito inédito em todo o Brasil, quebrando paradigmas ainda tão presentes na sociedade brasileira ao alforriarem completamente seus escravos? Qual o verdadeiro objetivo daqueles abolicionistas? Que proveito a declaração do fim do cativo traria aos mesmos para que se empenhassem tanto ao ponto de conseguirem essa conquista cinco anos antes da lei Áurea ser assinada no País? O Ceará teve realmente seus escravos livres? Ou o título de Terra da Luz foi apenas uma construção de autores interessados na afirmação de que não “há negros no Ceará”?

A escravidão negra foi considerada por muitos no Brasil um mal necessário por quase quatrocentos anos, tendo em vista sua chegada através de Portugal que na idade moderna foi o pioneiro no tráfico negreiro, alastrando-se por todas as Províncias incluindo a cearense, embora a chegada dos cativos tenha acontecido somente no século XVII. Esse retardamento se deu principalmente pelo pouco interesse que na época a Capitania despertava. Somente no Século XVIII, foram atraídos alguns pernambucanos e baianos entre outros interessados na terra aparentemente boa para a criação, formando uma população cuja vida socioeconômica vinha a ser tipicamente pastoril. Alguns autores tentam amenizar os efeitos do cativo nesta província, o fato é que os escravos sofreram as mais diversas mazelas tal qual em qualquer outra parte do Brasil. Prova da maneira desumana como eram tratados os escravos na capitania cearense é que foi criada uma lei proibindo que os negros fossem castigados depois da hora do silêncio, sendo passível de multa aos que desobedecessem como nos mostra Eduardo Campos:

Foi tal abuso dessa prática que a lei nº 969, de 18 de setembro de 1860, no capítulo da polícia sobre os filhos – famílias e escravos, do código de posturas do município

de Quixeramobim, expressava em artigo de número 63: Está proibido o castigo de escravos ou qualquer outra pessoa, depois das horas de silêncio; os infratores serão multados em dois mil reis. (CAMPOS, 1988, p. 48).

Outro aspecto que chama à atenção é o apego que os senhores tinham às suas “peças”, que não difere das outras partes do Brasil, como afirma Neves:

É importante lembrar que, numa sociedade onde homens são transformados em mercadorias passíveis de serem comercializadas como qualquer outro produto... Possuir escravos representava uma fonte de poder e *status*... Todas as famílias anexavam ao seu patrimônio esta mercadoria. (NEVES, 1874, p. 6).

São estes e outros aspectos que de alguma forma intrigam e impulsionam à busca por questionamentos relacionados ao desapego precoce dos escravos na Vila de Acarape.

### 3. OBJETIVOS:

#### 3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as razões da abolição da escravidão no Ceará e em especial na Vila de Acarape.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Descobrir quem eram os abolicionistas na Vila do Acarape;
- Compreender o possível sucesso do movimento abolicionista no Ceará.
- Entender os motivos sociais e econômicos conforme os abolicionistas.
  - Encontrar evidências dos reais interesses daqueles abolicionistas;
  - Pesquisar a relação entre religião e movimento abolicionista na Vila de Acarape.
  - Conhecer os espaços onde os escravizados trabalhavam
  - Conhecer a origem dos escravizados e o seu destino depois do processo de Abolição.

## 4. PROBLEMÁTICA:

### 4.1 O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL.

A abolição da escravidão no Brasil foi um processo que durou séculos e foi resultado de mobilizações sociais, políticas e econômica. Dois fatores foram fundamentais para que se tornasse real o sonho (ao menos para os negros) de liberdade, um deles foi a forte pressão inglesa que há muito se opunha ao tráfico escravista e outra a pressão interna de um grande movimento popular chamado abolicionismo, cujas origens remontam às revoltas de africanos desde o período colonial e que essas revoltas nem sempre são lembradas na nossa história como fundamentais. Infelizmente nossa historiografia tende a enaltecer através dos manuais escolares sempre os políticos criadores de projetos e leis denominadas contra a escravidão, como afirma Gorender:

(...). Alcançando amplíssima difusão através dos manuais escolares, foi a interpretação enaltecedora da casa de Bragança. Para esta interpretação contribuíram não só historiadores monarquistas, de Joaquim Nabuco a Pedro Calmon, mais também historiadores e ensaístas não-monarquistas, movidos pelo propósito ideológico de apagar da memória nacional o conteúdo revolucionário-popular das lutas abolicionistas. (Gorender, 1988, p. 142).

O negro como qualquer outro indivíduo privado de liberdade nunca esteve conformado com sua condição de cativo, a exemplo, temos as inúmeras revoltas e fugas resultando na formação dos quilombos, prova de que os negros não ficaram de braços cruzados, foram à luta mesmo que de diferentes formas durante os quase quatro séculos de escravidão no País. E sempre usou de diversos meios para ter de volta sua liberdade. Seja ilegalmente através das fugas ou comprando através de diferentes meios uma carta de alforria, (apesar das normas que permeavam estas cartas de alforria elas ainda eram o meio mais almejado pelos escravos, pois tinham como gozar mais seguramente sua liberdade).

Embora não pudesse fazer muito com esta suposta liberdade, pois muitas vezes a falta de instrução para um determinado ofício mais valorizado lhes impossibilitava ter um trabalho digno com renda melhorada e acabavam quase sempre na mesma vida servil de antes.

Atualmente cada vez mais historiadores trazem à tona a questão da resistência do negro ao cativo, ressaltando assim a importância da luta do mesmo no processo abolicionista. A exemplo temos Caxilé, que com clareza nos mostra a coragem dos negros na luta pela liberdade tão almejada, ao ponto de irem aos tribunais e enfrentar judicialmente seus senhores, como aconteceu com a negra Macária entre outros, que mesmo levando uma vida razoavelmente boa e com certa independência em relação a outras negras, enfrentou seus senhores na luta por uma liberdade completa e reconhecida. Ver. (Caxilé, in: Documentos do Arquivo Público do Ceará, 2006, p.85 a 90).

A partir do século XIX, surgiram algumas tentativas de frear o tráfico de escravos com assinatura das primeiras leis antiescravistas, porém, todas com resultados pouco significativos, pois, o principal objetivo dessas leis não eram amenizar a escravidão e sim dar resposta às pressões que a Inglaterra vinha fazendo ao País. Como exemplo; temos o que ocorreu em 7 de novembro de 1831, a promulgação de uma lei que proibia o tráfico de africanos, resultado de um acordo entre Brasil e Inglaterra onde estabeleceram que qualquer escravo que entrasse no País a partir daquela data seria livre.

Essa primeira tentativa não teve eficácia ao ponto da Inglaterra em 1845 tomar a iniciativa de aprovar a lei *Bill Aberdeen* que dava a marinha inglesa o direito de abater os navios negreiros mesmo que estes estivessem em águas brasileiras. Foi a partir da decisão inglesa (considerada pela maioria brasileira como arbitrária) que o ministro da justiça na época Eusébio de Queiroz enviou ao parlamento um projeto de lei que determinava a apreensão dos navios traficantes de escravos. Sendo aprovada em 4 de setembro de 1850 a conhecida lei Eusébio de Queiroz, como ressalta Jacob Gorender “foi sob pressão externa que o parlamento brasileiro afinal aprovou a lei de 4 de setembro de 1850, cuja aplicação efetiva fez cessar o tráfico transatlântico”. (Gorender, 1988, P.140).

Essa foi mais uma tentativa sem sucesso, visto que essa lei não erradicou o tráfico negreiro, ao contrário instigou ainda mais a procura pelo negro favorecendo o aumento do seu preço no mercado e incentivando o tráfico interno numa tentativa bem sucedida de burlar a lei.



Na sequência a Rio Branco (conhecida como lei do ventre Livre) e a Lei Saraiva Cotegipe (conhecida como a Lei dos Sexagenários) como antecedente da Lei Áurea, onde a primeira prometia liberdade a todas as crianças filhas de cativos a partir de 27, de maio de 1871, data da aprovação da Lei. Porém, esta era uma liberdade condicionada, pois os senhores preferiam a opção de os manterem sob tutela até a idade de 21 anos, o que certamente seria mais lucrativo, pois os negros apesar de teoricamente livres ficavam sujeitos ao trabalho forçado igualmente aos outros cativos, possivelmente sendo tratados com maior indiferença e humilhações ao passo que se aproximava sua maior idade.

De acordo com Gorender a Lei Rio Branco tinha como principal objetivo neutralizar o movimento abolicionista e produziu um processo de extinção gradualista da escravidão. Conseguiu com tal êxito que seu programa passou a ser intocável, para os exploradores da força escrava de norte a sul. Cf. (Gorender, 1988. p. 125).

Anos depois foi aprovada a lei Saraiva Cotegipe, em referência a dois chefes do gabinete ministerial do império, o liberal conselheiro Saraiva e o conservador Barão de Cotegipe que deram apoio à medida.

Essa lei não se diferenciava muito da anterior no que se refere a mecanismo para uma abolição gradual, pois esta também impõe condições para libertação do negro sendo necessária depois dos 60 anos, a obrigação de mais três anos de serviços prestados a títulos de indenização ao senhor. Aos que tinha 65 anos eram isentados de tais trabalhos, essa lei foi duramente criticada pelos abolicionistas, pois, na prática eram poucos os negros que conseguiam atingi-la e os que conseguiam não tinham mais condições de garantir seu sustento.

O movimento abolicionista ressurgiu nos anos 1880 contando com apoio de homens livres das diversas camadas sociais inclusive políticos importantes como: José do Patrocínio, Joaquim Nabuco que criou, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a escravidão, que estimula a formação de agremiações semelhantes pelo Brasil. Da mesma forma o *Jornal Abolicionista de Nabuco*, e a *Revista ilustrada* de Ângelo Agostini, que servem de modelo para outras publicações antiescravistas. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos engajam-se no movimento e arrecadam fundos para pagar cartas de alforria contribuindo dessa forma para o declínio do sistema

escravista ao ponto de serem criadas leis que estabelecia pena de até dois anos de prisão para quem acoitasse escravos fugitivos. Cf. (Gorender, 1988, p.161).

Sabe-se que em 1881, o Brasil inteiro tomou conhecimento das ações favoráveis ao abolicionismo, praticadas pelos jangadeiros de Fortaleza, onde os mesmos se recusaram a servir aos traficantes, paralisando as transações rotineiras de venda de escravos do Nordeste para o Sudeste. Aos poucos o movimento vai criando força, e ganhando mais adeptos e simpatizantes, nas palavras de Gorender:

De maneira muito peculiar, a força do movimento abolicionista manifestou-se pela penetração no aparelho repressor e judiciário do Estado. Ao contrario daquilo que antes só acontecia em casos muito excepcionais, delegado de polícia, promotores e juízes procuravam agora cumprir a lei à risca e dão ganho de causa a escravos nos inquéritos e pleitos judiciais. O numero dessas autoridades cresce, apesar das punições com remoção dos seus postos, agressões físicas e ameaças dos escravocratas. (Gorender, 1988, p. 161).

Diversos juízes passaram a decidir preços de escravos menores que o preço de mercado facilitando a compra da alforria pelos mesmos, ou pelas comissões libertadoras. Apesar de autores considerarem o movimento abolicionista elitista visto que seus membros não eram em sua maioria da classe mais pobre, autores como Gorender acredita que depois da independência, durante o século XIX, o abolicionismo foi a luta mais nacional, e que apesar do movimento vir de cima ele ressalta que “ao mesmo tempo, vindas de baixo, as ações dos escravos empurravam o movimento abolicionista e constituíram o fator principal da sua radicalização revolucionaria” (GORENDER, 1988,P 164).

O processo abolicionista foi longo. Da assinatura da lei Eusébio de Queiroz, que reforçou a proibição do trafico negreiro, passaram-se 38 anos de campanha que veio a findar-se com a Lei Áurea. Por um bom tempo o processo de críticas ao regime escravistas no Brasil concentrou-se em espaços como clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais, só aos poucos foi se estendendo à população. Mais tarde discursos nas tribunas, artigos e poemas em jornais brasileiros e estrangeiros e a forte pressão sobre o império fizeram ruir de vez a escravidão, como protagonistas desse movimento não podemos deixar de citar além dos negros outros nomes de grandes

defensores da causa, entre eles: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves (considerado o poeta dos escravos), José Napoleão, Francisco José do Nascimento, José do Patrocínio, Luiz Gama e etc.

A luta desses homens, juntamente com os negros, e a forte pressão social e moral, a redução do interesse econômico pelo negro, que com o tempo passou a apresentar custo maior que a mão-de-obra livre competitiva, culminou com a aceitação dos parlamentares pela abolição total do regime escravista.

Por fim no dia 13 de maio de 1888, sua Alteza Dona Izabel sancionou em nome de seu pai que se encontrava enfermo em Milão, a lei que acaba com a escravidão, uma prática das mais cruéis que foi permitida no Brasil por mais de 300 anos. A Lei Áurea foi concebida para abolir de forma imediata e incondicional o elemento servil, onde milhares de negros foram beneficiados por ela. Embora, o sistema escravista já vinha em decadência a tempos e a princesa só deu o golpe final, livrando o País dessa vergonha secular.

O certo é que não livrou o negro de continuar tendo uma vida regada de dissabores e com pouca ou nenhuma dignidade, já que os mesmo após a libertação foram jogados à própria sorte sem nenhum projeto de melhoria, condenando os à margem da sociedade.

Bem sabemos que durante a campanha abolicionista em alguns discursos foi levantada a questão da reparação aos escravos, defendendo a necessidade de oferecer oportunidades para integrá-los à sociedade. Surgiram, por exemplo, propostas como a criação de colônias agrícolas para os libertos, a desapropriação de terras não exploradas, desenvolvimento da agricultura, oportunidades de emprego nas cidades e acesso à educação na intenção de construir uma sociedade mais igualitária, porém na prática sabemos que nada disso aconteceu e ainda hoje o negro e toda a sociedade sofre as consequências desse descaso.

#### 4.2 O FIM DA ESCRAVIDÃO EM ACARAPE-CEARÁ (1883).

O movimento abolicionista liderado pela Cearense Libertadora, uma das sociedades empenhadas no fim da escravidão no Ceará, realizou uma grande campanha

pela abolição, em uma pequena vila do interior do Estado chamada de Acarape, posteriormente denominada Redenção, por ter sido a primeira vila a ficar livre do trabalho escravo na província cearense.

A vila do Acarape, (Redenção) esta inserida na microrregião do maciço de Baturité. Seu território é formado por serras, montanhas, vales e sertão.

Nos primórdios era habitada pelos índios tapuias, vindos expulsos do vale do Jaguaribe. A ocupação se deu segundo o curso do rio Pacotí devido a fertilidade do solo e abundância em água. Redenção fica 66 KM de Fortaleza e seu principal acesso é pela CE 060, que passa no centro da cidade. Atualmente o município está dividido em cinco distritos: Redenção (sede), Antonio Diogo, Guassi, Barra Nova e Faísca.

Todo o processo em Redenção teve inicio quando um cidadão por nome Manuel Fernandes de Araújo, viajou para Fortaleza a trabalho, (sendo este escrivão das rendas Gerais). “Percebendo este que o movimento abolicionista na capital este bem adiantado, retorna a sua pequena vila com o desejo de fazer algo positivo pelos seus escravos. Passou a ideia para seus amigos que foi aceita e logo puderam fazer algo de pratico” (GIRÃO, 1964).

O coletor principal Antônio da Silva Matos que aderiu a ideia, teve uma atitude prática, alforriando os três escravos que possuíam, exemplo seguido por outros como: Simeão Teles de Meneses Jurumenha, Gil Ferreira Gomes de Maria e Emiliano Cavalcante.

Não existe registro de que houve grande movimentação em prol da emancipação dos escravos em Redenção, porém atitudes como a dos senhores citados a pouco foram responsáveis por acender a fagulha do desejo daquela pequena população em ver seus escravos libertos, aos poucos essas libertações foram acontecendo ao ponto de restarem em 1883, apenas 32 escravos dos 116 que havia na vila. Fato que contribuiu para que fosse esta a primeira escolhida para a liberdade. Nas palavras de Girão:

Acarape havia sido escolhida para inicio das libertações coletivas pela sua relativa proximidade da capital e facilidade dos transportes, por estrada de ferro, e porque era o município em que restava o menor numero de

cativos a alforriar, trinta e dois apenas. (Girão, 1969, p.130).

A redenção dos cativos tornou-se fato consumado no dia 1º de janeiro de 1883, numa festa cívica onde estiveram presentes membros da sociedade Cearense Libertadora, General Antônio Tibúrcio de Sousa, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra de Menezes, João cordeiro, o deputado provincial Martinho Rodrigues, Doutor Frederico Augusto Borges, o Conselheiro José Liberato Barroso e o ilustre visitante José do Patrocínio que se encontrava em fortaleza trabalhando pela causa abolicionista.

A pequena vila estava em festa à espera dos ilustres visitantes e dos acontecimentos seguintes. A solenidade da sessão de alforria foi realizada no salão principal do prédio em frente à matriz.

Depois do dia inteiro de festa partiram dali para serem recebidos em Baturité onde as manifestações se prolongaram até tarde da noite como ressalta Raimundo Girão que na sua narração consegue deixar clara a alegria de toda a população com o fim do cativo na vila vizinha o que não seria possível a pessoas contrárias a este acontecimento histórico. Cf. (Girão, 1969, p.141 a 146).

Este acontecimento fez o Brasil inteiro voltar os olhos para este pequeno vilarejo que num gesto pioneiro quebrou os grilhões dos seus escravos. Este ato de libertação teve grande repercussão em todo o País, e por conta do denominado gesto nobre, Acarape em 17 de Agosto de 1889, foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 2167, recebendo o nome de Redenção.

#### 4.3. A ABOLIÇÃO ALASTRA-SE PELO CEARÁ (1884).

Nas duas décadas anteriores a lei Áurea, a ideia de libertação dos escravos foi aos poucos se espalhando para o interior do Brasil, motivando vários segmentos da sociedade, desde simples jangadeiro e donos de barcaças, que se recusavam a participar do transporte dos negros, a jornalistas, maçons, poetas, escritores, artistas e políticos que abraçavam a causa com entusiasmo.

Na província cearense o resultado da luta desse grupo diferenciado de pessoas, cujo objetivo em comum os colocou como abolicionistas veio mais cedo que no restante do País. O Ceará assumiu no dia 25 de março de 1884, a responsabilidade histórica de decretar a extinção do trabalho escravo em todo seu território.

A iniciativa pioneira repercutiu intensamente na corte e nas demais províncias reforçando os movimentos que já começavam a tomar corpo em outras partes do País.

Apesar da luta final ter-se dado em Fortaleza, sabemos que foi no interior da província em Acarape e (atual cidade de Redenção) que a sociedade Cearense libertadora liderou a primeira campanha para a abolição.

Depois da vitória alcançada em Redenção, com a liberdade dos últimos escravos ali existentes o movimento ganhou mais força como afirma Girão “De todos os lados afluíam às solidariedades de mil espécies, que reforçavam o ardente desejo de por termo a luta, com total derrota do inimigo recalcitrante” (Girão, 1969, p147).

A partir dos anos 1870 diversas sociedades surgiram na defesa da abolição dos escravos, sendo a primeira a sociedade libertadora, de acordo com Raimundo Girão, instalada em Baturité, 29 de maio de 1870. Ver (Girão, p. 57), seguida da manumissão sobralense em 25, de junho do mesmo ano.

Nove anos depois, em meio a grandes dificuldades pelas quais passava o cearense devido a grande seca que se abatera sobre ele, surge mais uma sociedade preocupada com a liberdade dos negros, os quais eram aos montes vendidos para os cafezais do sul, arrancados como sempre sem piedade do seu ambiente que, por pior que fosse lhes eram ao menos familiar. Nesse contexto de sofrimento surge a Perseverança e o Porvir, instalada no dia 28 de setembro de 1879, criada por nove jovens abolicionistas que em sistema de cooperativa arrecadam fundos para compra de alforria.

A partir das primeiras sociedades formadas em Fortaleza, com o passar dos anos, inúmeras sociedades surgiram de todos os cantos da província cearense:

A libertadora, a redentora Acarapense, a Libertadora de São Francisco, a Sociedade abolicionista de Pacatuba, a Libertadora Baturiteense, o Clube abolicionista militar, o Clube emancipador Aracatiense, a Libertadora Messejanense, a Libertadora

Maranguapense, o Clube abolicionista Caixerai, Clube abolicionista de Soure, a libertadora Aquirazense, a libertadora de Russas, e a libertadora da Conceição (Guaramiranga). (Girão, 1969, p.150).

Não só as sociedades formadas no intuito de conseguir liberdade do negro trabalhavam neste sentido, mais também os jangadeiros tiveram papel decisivo no processo de abolição no Ceará. Em 27 de Janeiro de 1881, tendo a frente José Napoleão um negro liberto a custa de esforço próprio, que não só conseguiu a sua liberdade mais também de suas quatro irmãs, de acordo com Girão: “*A frente da greve dos lancheiros contra o embarque de escravos, achava-se o negro liberto José Napoleão, que há poucos anos tendo conquistado sua liberdade trabalhou para comprar a de suas irmãs* .( *O nordeste, Ed 24,3,1934 apud Girão, p. 91*). Participou ativamente da greve dos jangadeiros e depois pediu ao amigo Francisco José do Nascimento na época conhecido de todos como Chico da Matilde para que liderasse o movimento, este aceitou e posteriormente ficou conhecido em todo o País como grade Dragão do Mar.

Já em 1882 o movimento abolicionista tomava enormes proporções e contagiava cada vez mais pessoas que se dispunham a defender a causa, principalmente depois que o ilustre abolicionista José do Patrocínio se deslocou do Rio de Janeiro para visitar, conhecer e congratular os abolicionistas cearenses pela iniciativa e coragem que haviam demonstrado especialmente na greve dos jangadeiros. Patrocínio também participou ativamente nos trabalhos destinados a libertação total das vilas de Acarape e Itapajé que foram as primeiras a serem livres no início do ano de 1883, posteriormente vieram as demais, Canoa (Aracoiaba) dia 4 de março, Baturité e Icó em 25, um mês depois foi a vez de Tauá em 25 de abril, Maranguape e Messejana a 20 de maio (GIRÃO, 1969).

Embora Patrocínio não tenha participado de todas as libertações, pois teve que retornar ao Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1883, sua visita foi de grande importância para o movimento e serviu de injeção de ânimo a todos engajados na causa.

Em 24 de maio é a vez da capital se declarar livre da escravidão e com grande festa faz saber a população o que todos já esperavam. Porém para que esta festa acontecesse travou-se uma luta feroz dos abolicionistas com as autoridades. Primeiro para que fosse decidida e declarada a abolição oficialmente, o que conseguiram para o dia 24 de maio. Daí partiram para a segunda batalha: convencer a todos os donos de

escravos a libertarem os mesmos e arranjar dinheiro para indenizar os que não queriam abrir mão de sua “mercadoria”, principalmente as viúvas e órfãos.

Depois de muitos cálculos chegaram a conclusão que para livrar Fortaleza desse mal lhe faltavam cinco contos, quantia que chegou a ser ofertada por um amigo de o governador porem rejeitada por todos por saberem que este nunca fora amigo da causa abolicionista.

Em fim conseguiram o dinheiro através de doações de todos que podiam e almejava ver livre aquela cidade, inclusive joias de senhoras abolicionistas foram ofertadas em um gesto de desprendimento e generosidade (GIRÃO, 1969).

Depois da capital livre varias províncias seguiram o exemplo chegando ao final do ano de 83, com emancipação oficializada em 21 dos 58 municípios.

Inicia-se o ano de 1884, e a luta continua e com êxito, pois, logo se conclui que os demais municípios também estão livres restando agora a preparação para a festa oficial que ocorreria no dia 25 de março deste mesmo ano, na capital com a participação de todos que quiseram e puderam vir e sem faltar um representante de cada município.

A grande festa da abolição no Ceará reuniu a população da capital e adjacente, na praça Castro Carreira, Canhões da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção reboaram e seu sinos repicaram e um grande desfile atravessou a cidade até o passeio público.

O fim da abolição no Ceará repercutiu no Brasil e no Exterior, após a decretação da abolição nesta província, as ruas da corte imperial se tornaram palco de festas, comícios quermesses, passeatas e manifestações públicas de diversos setores. Edmar Morel pontua que houve grande comoção popular nas ruas da corte com as festividades feitas em comemoração ao Ceará livre, principalmente com a presença do jangadeiro Dragão do Mar, reconhecido pela atuação na greve dos jangadeiros segundo nas palavras de Morel “as ruas tomaram aspecto de festa, o povo aglomerava-se e a curiosidade era grande para ver nascimento” (MOREL,1988, p.156).

As notícias sobre a abolição no Ceará causaram um grande abalo na sociedade brasileira e apesar do movimento abolicionista já está atuando há alguns anos, o



impacto desse evento ganhou contorno inesperado tendo em vista que estas notícias como já foi falado repercutiu internacionalmente.

Em Paris onde se encontrava o grande abolicionista negro José do Patrocínio, em virtude do banquete em comemoração e homenagem aos cearenses, oferecido pelo mesmo e com diversos convidados importantes entre eles o senador e abolicionista francês *Victor Shoelcher*, houve grande repercussão nos periódicos franceses e posteriormente no Brasil.

A decisão do Ceará aumentou a pressão da opinião pública sobre as autoridades imperiais e em 1885, o governo cedeu mais um pouco e promulgou a lei Saraiva Cotegipe. Também escravizados passaram a participar mais ativamente da luta, fugindo das fazendas e buscando liberdade nas cidades. No interior de São Paulo liderado pelo mulato Antônio Bento, milhares deles fugiram das fazendas e instalaram-se no Quilombo do Jabacuara em Santos.

A esta altura a campanha abolicionista havia se misturado a campanha republicana e ganhou um reforço importante, o exercito pediu publicamente para não ser mais utilizado na captura dos fugitivos. Do exterior acima de tudo da Europa, chegavam apelos e manifestações favoráveis ao fim da escravidão.

Embora o Ceará tenha a fama do pioneirismo na libertação dos escravizados, sendo lembrado como protagonista de um grande feito onde as sociedades abolicionistas foram as grandes humanitárias do momento, os aspectos relacionados ao abolicionismo da escravidão no Ceará, sobretudo na Vila de Acarape/CE, três anos antes da lei áurea, são conjunturas que precisam ser estudadas e analisadas, sobretudo por não haver maiores estudos acerca do real interesse dos abolicionistas bem como da veracidade dos fatos colocados pela sociedade local através da história “falada” de uma oralidade que conta uma narrativa sem comprovações contundentes.

O que de fato houve sobre a libertação dos escravos na Vila de Acarape e no Ceará? A libertação dos escravizados no Ceará não teria sido motivada por questões econômica? Visto que a região havia passado por um longo período de seca (1877, 1878, 1879). Precisamos nos aprofundar na pesquisa em busca dessas respostas, havendo uma sequência de três anos de seca, nesse tipo de situação a escassez bate a

porta do pobre e do rico (donos de escravos). E como sustentar além da família outros agregados em tamanha dificuldade? A venda seria a melhor saída? Mas como tirar do Ceará esses escravizados se no porto da capital cearense os jangadeiros que eram fundamentais nesse processo se recusavam a colaborar?

## **5. HIPÓTESE**

É possível que o movimento abolicionista tenha encontrado naquele cenário de dificuldade a oportunidade de alforriar os poucos escravizados sobreviventes em Acarape, em províncias vizinhas e não tardando no Ceará, solucionando o problema econômico, o dos cativos e posteriormente posando de herói para a História.

Após a leitura dos autores, presume-se que a abolição da escravatura em Redenção e posteriormente no Ceará de forma antecipada deu-se por questões econômicas embora, esse fator não anule questões humanitárias envolvidas no processo.

## **6. METODOLOGIA**

O delineamento da pesquisa está relacionado ao tema proposto e tem como objetivo identificar o método a ser utilizado neste projeto. É neste contexto que Cervo e Bervian (2002, p. 23) afirmam:

[...]o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um certo resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação da verdade.

Acerca ainda da definição de método, complementando com Gil (2008, p. 27) é “o caminho para se chegar a determinado fim”. Quanto a este trabalho, o mesmo caracteriza-se por contemplar o método do tipo qualitativo. Este método, para Roesch (2006, p. 154),

É apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, ou seja,

quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção, mas não é adequada para avaliar resultados de programas ou planos.

Neste sentido, a metodologia que ora abraçamos para a realização dessa pesquisa é bibliográfica, documental e qualitativa. Considerando as definições acima declaradas, a pesquisa será de base descritiva, investigando a melhor maneira de explicar a sua estrutura viabilizando assim uma melhor compreensão e conhecimento detalhado de seus processos.

## **7. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:**

Estudaremos o tema a partir dos autores Eurípedes Funes: Negros no Ceará, Jacob Gorender: A escravidão Reabilitada, Eduardo Campos: Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará, Osvaldo Riedel: o escravo no Ceará, Fernandes Yaco: A farsa dos Libertadores, Chandler apud Silva, Pedro de Oliveira: A escravidão no Ceará, Raimundo Girão: A abolição no Ceará.

## **8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

CAMPOS, Eduardo. A condição de vida dos cativos do Ceará. 1984.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. A liberdade e a Toga. In: Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará. V. 1, n, 3, semestral, Fortaleza: Arquivo público do Ceará, 2005.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHANDLER apud SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A escravidão no Ceará: O trabalho escravo e a abolição *in*: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1987, t. e8. P.139-160.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Sousa, Simone de (Org). Uma nova Historia do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GIL, Antônio Carlos, Métodos e técnicas de pesquisa social, 6ª. Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GIRÃO, Raimundo. A abolição no Ceará. 2ª Ed. Fortaleza, Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GORENDER, Jacob. A escravidão Reabilitada. 2ª Ed. São Paulo, Editora Ática 1991.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras 2005.

MOREL, Edimar – Vendaval da Liberdade, Civilização Brasileira, Rio, 1967

NEVES, Frederico de Castro. A seca na História do Ceará. In: Sousa, Simone de (Org). Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.